Poder Judiciário

Judicial Power

Orlando Rabello Teruz

[Sem título], 1970

Untitled

Judicial Power

Ana Lúcia Aguiar¹

Elisa Colares²

Gabriela Moreira de Azevedo Soares³

Igor Tadeu Silva Viana Stemler⁴

New judiciary and digital justice

The Brazilian Judicial Power is organized into five specialized segments, namely: state justice, labor justice, federal justice, electoral justice and military justice. Each branch has their own bodies organized into instances. Also part of the Judicial power are the upper courts, the Federal Supreme Court (STF) and the National Council of Justice (CNJ). The CNJ is responsible for the control of the administrative and financial spheres of the Judicial Power. It is a managing body, from where the resolutions recommendations and decisions derive to be followed by the whole national judiciary structure. It totals 90 courts, four of which are upper courts, 27, justice courts of the States and Federal District, five federal regional courts, 24 regional labor courts, 27 regional electoral courts and three military justice courts

¹ Federal Judge of the Federal Regional Court of the 4th Region, Auxiliary judge of the CNJ Presidency, coordinator of the Department of Judicial Research.

² Researcher of the Department of Judicial Research of the CNJ and PhD in Latin American Studies from the University of Brasília (UnB).

³ Executive Director of the Department of Judicial Research of the CNJ and Master in Statistics from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴ Researcher of the Department of Judicial Research of the CNJ and Master in Applied Computing from the University of Brasília (UnB).

Poder Judiciário

Ana Lúcia Aguiar¹

Elisa Colares²

Gabriela Moreira de Azevedo Soares³

Igor Tadeu Silva Viana Stemler⁴

O novo Judiciário e a justiça digital

O Poder Judiciário brasileiro é organizado em cinco segmentos especializados, a saber: justiça estadual, justiça do trabalho, justiça federal, justiça eleitoral e justiça militar. Cada ramo possui órgãos que são organizados em instâncias. Também fazem parte do Judiciário os tribunais superiores, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O CNJ é responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do Judiciário. É um órgão de gestão, a partir do qual emanam as resoluções, recomendações e decisões a serem seguidas por todo o judiciário nacional. São 90 tribunais, sendo quatro tribunais superiores, 27 tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal, cinco tribunais regionais federais, 24 tribunais regionais do trabalho, 27 tribunais regionais eleitorais e três tribunais de

¹ Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Juíza auxiliar da Presidência do CNJ, coordenadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias.

² Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidade de Brasília (UnB).

³ Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e Mestre em Estatística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

⁴ Pesquisador do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e Mestre em Computação Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB).

in the States. This group of bodies involves a structure of almost 18 thousand judges, 127 thousand officials and 15 thousand judicial agencies located in 2,672 municipalities, under the coordination and supervision of the CNJ.

Control and supervision are carried out by means of instruments such as: annual strategic planning; goal setting; inspections; production and publication of statistical data and research; and incentive mechanisms and awards.

The CNJ has been making a great effort in the pursuit of changing the Judiciary into a digital institution, capable of providing access to justice to all citizens in a fast, simple way, free from physical boundaries. Data processing, development of integrated systems, information organization, development of artificial intelligence tools and data analysis targeted at the improvement and monitoring of public policies in the judicial realm are some of the Council's latest lines of action.

Judicial Power in Numbers

The year of 2020 was atypical for everyone. With the pandemic caused by the COVID-19, the world was subjected to a new life routine, people remained isolated in their homes for a long period of time. Most of them, either kids or the elderly, have embraced the digital world. Classes, work and even parties have become possible through the screen, imposing a new reality and a different way of living.

The number of new suits, which had been growing since the 1990s, with rare cases of oscillation throughout those 30 years, was reduced by 15.0%, one of the greatest historical drops in the search for judiciary services. The only year that proportionally matches the decrease is 1994. In 2020, there were 25.8 million filed suits - a level similar to that of 2008, i. e., 12 years ago, and with reduction of four million when compared to the previous year (2019).

At the end of 2020, the Judiciary had a collection of 75.4 million suits waiting for a definite solution. The amount of pending cases had a decrease of 4.4 million in one year, an unprecedented reduction, which culminated with the return to the levels of 2010-2011. The congestion rate, which measures the percentage of non-resolved cases by the end of each year, oscillated between 69.0% and 73.0% in the last 11 years, and after the reduction seen three years in a row, with the improvement of the indicator, the index went back to growth and ended the years of 2020 with a percentage of 73.0%.

justiça militar nos Estados. Esse conjunto de órgãos implica em uma estrutura de quase 18 mil juízes, 267 mil servidores e 15 mil unidades judiciárias localizadas em 2 672 municípios, a ser coordenada e supervisionada pelo CNJ.

A atividade de controle e fiscalização é realizada a partir de instrumentos, tais como: planejamento estratégico anual; fixação de metas; realização de inspeções; produção e publicação de dados estatísticos e de pesquisas; e mecanismos de incentivos e premiações.

O CNJ tem investido significativos esforços na busca pela transformação do Judiciário em uma instituição digital, capaz de prover acesso à justiça a todos cidadãos de forma rápida, simples e livre de fronteiras físicas. Os processos de informatização, desenvolvimento de sistemas integrados, organização das informações e desenvolvimento de ferramentas de inteligência artificial e de análise de dados voltadas ao aprimoramento e monitoramento das políticas públicas na atuação judicial são algumas das linhas de atuação mais recentes do Conselho.

Poder Judiciário em números

O ano de 2020 foi um ano atípico para todos. Com a pandemia causada pela COVID-19, ao mundo foi imposto uma nova rotina de vida, as pessoas permaneceram por um longo período isoladas em suas casas. A maioria das pessoas, sejam crianças sejam idosos, mergulhou no mundo digital. As aulas, os trabalhos e até as confraternizações passaram a ser realizadas por meio de telas, impondo uma nova realidade e um jeito diferente de se viver.

O número de processos novos que desde a década de 1990 vinha apresentando crescimento, com pontuais casos de oscilação ao longo desses 30 anos, reduziu em 15,0%, uma das maiores quedas históricas de procura pelos serviços judiciários. O único ano em que se observou diminuição em proporção semelhante foi em 1994. Em 2020, foram 25,8 milhões de processos ingressados, patamar similar ao que se observava no ano de 2008, ou seja, há 12 anos, e com redução de quatro milhões quando comparado com o ano anterior (2019).

Ao final do ano de 2020, o Judiciário tinha um acervo de 75,4 milhões de processos pendentes aguardando solução definitiva. A quantidade de casos pendentes sofreu uma queda de 4,4 milhões em um ano, redução também nunca anteriormente vista, que culminou no retorno aos patamares dos anos de 2010-2011. A taxa de congestionamento, que mede o percentual de processos não finalizados ao final de cada ano, oscilou entre 69,0% e 73,0% nos últimos 11 anos, e após reduções em três anos

The average prosecution duration has remained stable, with an average of three years and a half for a case to be disposed, which is a little higher number than the one seen in 2019, which shows that older cases were solved in 2020. The 75.4 million suits have been pending for five years on average. On average, a lawsuit takes nearly one year and six months in the filing phase and six years in the enforcement phase.

A significant proportion of the cases, nearly 39.0%, concerns a single type of case: tax execution. Those are suits in which the Public Treasury, by means of the Judicial Power, charges contributors' debts. Another relevant share of the cases is in the judicial enforcement phase, i. e., a stage in which the right recognized in the sentence enters in effect. The enforcement of instruments enforceable out of court and in court, joined together, corresponds to more than half of the pending processes, 52.3%, which equals 39.4 million.

The total cost of the Judicial Power in 2020 was R\$100.1 billion, corresponding to R\$475.51 per resident and to 1.34% of the national Gross Domestic Product (GDP). The expenses fell by 4.5% last year⁵. That was the first year in which there was a cost reduction at such a degree. It is worth explaining that 93.0% of the Judicial Power expenses are destined to personnel's wages. Such fact is due to the labor nature of the judicial activity.

Judges solved in 2020 nearly 1 643 lawsuits each, i. e., on average each one of them decided upon seven or eight suits per business day. The total number of resolved and disposed cases fell 20.8%, when compared to the previous year - which corresponds to 6.6 million less sentences than in 2019 and to 7.3 million less solved suits.

As it can be seen, Brazilian level of disputes suffered significant impacts during the pandemic, with reduction in justice demands and also decreased productivity, which had been increasing gradually in the previous years. Great advances were made in the informatization of suits, increasing from 90.0% of new electronic suits in 2019 to 97.0% in 2020. The latter was a year of adaptation, since the judicial agencies had to invest in digitization of suits so as to allow for the judgment and processing of the cases.

⁵ The values before 2020 are deflated by the Extended National Consumer Price Index (IPCA), Dec. 2020, for comparison.

seguidos, com melhora do indicador, o índice voltou a crescer e encerrou o ano de 2020 com um percentual de 73,0%.

O tempo médio de tramitação processual permaneceu estável, levando-se uma média de três anos e meio para baixar um processo, número um pouco maior que o observado em 2019, o que mostra que, em 2020, também foram resolvidos casos mais antigos. Os 75,4 milhões de processos pendentes tramitam há, em média, cinco anos. O tempo médio de duração do processo é de aproximadamente um ano e seis meses na fase de conhecimento e de seis anos na fase de execução.

Uma proporção considerável do acervo, cerca de 39,0%, diz respeito a um único tipo de processo: o de execução fiscal. São ações em que a Fazenda Pública, por meio do Poder Judiciário, faz a cobrança de dívidas de contribuintes inadimplentes. Outra parcela relevante do acervo encontra-se em fase de execução judicial, ou seja, etapa em que é feita a concretização do direito reconhecido na sentença. As execuções de títulos executivos extrajudiciais e a execução judicial, somadas, correspondem a mais da metade dos processos em tramitação, 52,3%, o equivalente a 39,4 milhões.

O custo total do Poder Judiciário no ano de 2020 foi de R\$ 100,1 bilhões, o equivalente a R\$ 475,51 por habitante e a 1,34% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. As despesas reduziram em 4,5% no último ano⁵. Esse foi o primeiro ano em que se observa redução de custos em tal magnitude. É importante esclarecer que 93,0% dos gastos do Poder Judiciário são destinados ao pagamento de pessoal. Tal característica justifica-se pelo fato do exercício da atividade judicial ser eminentemente laboral.

Os magistrados resolveram, em 2020, cerca de 1 643 processos cada, ou seja, em média, cada um deles baixou entre sete e oito processos por dia útil. O número total de casos baixados e sentenciados caiu 20,8%, se comparado ao ano anterior, o que corresponde a 6,6 milhões de sentenças a menos que em 2019 e a 7,3 milhões de processos baixados a menos.

Como pode ser visto, a litigiosidade brasileira sofreu significativos impactos na pandemia, com redução de demandas na justiça e também redução da produtividade, que vinha em tendência de sucessivas melhorias nos anos anteriores. Grandes avanços foram feitos na informatização dos processos, passando-se do patamar de 90,0% de casos novos eletrônicos, em 2019, para o índice de 97,0%, em 2020. O ano de 2020 foi um ano de ajustes, pois os órgãos precisaram investir na digitalização de processos, de forma a permitir o julgamento e processamento dos feitos.

⁵ Os valores anteriores a 2020 são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), dez. 2020, para fins de comparação.

Digital Judicial Power

Along with the process of making justice more digital and more accessible, important norms were issued in 2020 and 2021. CNJ Resolution No. 345, of October 9, 2020, has implemented the 100% Digital Court, establishing that all suit phases should be exclusively carried out by electronic means in the judicial agencies that join the digital program. Next, CNJ Resolution No. 372, of February 12, 2021, established the Virtual Counter, which is a communication channel between lawyers and clients subject to a certain jurisdiction with the judicial agency through videoconferencing tools at the usual service hours. In places where the Internet connection is not so powerful, the norm allows the use of asynchronous tools. At last, in the wake of digitization, another important norm created the 4.0 Justice Hub, CNJ Resolution No. 385, of April 6, 2021, establishing the possibility of creating specialized judicial agencies with the same jurisdiction coverage as the courts and with distribution of trial court suits that relate to the specialized themes.

Important steps have been taken since 2020 towards the enhancement of transparency and information quality. CNJ Resolution No. 331, of August 20, 2020, created the National Database of the Judicial Power (DataJud), a database containing the metadata of the judicial suits in the country. It means the CNJ keeps a massive database, with more than 300 million records and nearly 10 billion moves of the procedural acts. Until now, data arriving at the Judiciary and used to the development of the "Justice in Numbers" yearbook have been informed in an aggregated way, i. e., data were pre-prepared in court, in compliance with the rules previously defined by the CNJ.

DataJud has a great analytical potential, for as data are individualized by suits, it is possible to calculate proceedings' duration, quantities and performance and productivity indicators for any law matter or any matter of any procedural class, studies of the procedural flow, among others.

CNJ Resolution No. 333, of September 21, 2020, is in line with DataJud and encourages transparency and use of open data in an organized and standardized way in the national judiciary. It provided that all courts shall keep a Statistics field/space on their websites. CNJ Ordinance No. 119, of April 14, 2021, which currently regulates the Resolution, provides that bodies shall indicate, on their websites, links of access to the Application Programming Interface (API) that the CNJ will develop for consultation to DataJud database, as well as

Poder Judiciário digital

Na esteira de transformar a justiça mais digital e acessível, importantes normas foram editadas nos anos de 2020 e 2021. A Resolução CNJ n. 345, de 09.10.2020, implantou o Juízo 100% Digital, determinando que todos os atos processuais fossem exclusivamente praticados por meio eletrônico nas unidades judiciárias que aderirem à implantação. Posteriormente, a Resolução CNJ n. 372, de 12.02.2021, criou o Balcão Virtual que é um meio de comunicação entre os advogados e jurisdicionados com a unidade judiciária, por meio de ferramentas de videoconferência durante o horário de atendimento ao público. Nos locais com baixa qualidade de Internet, a norma prevê a utilização de ferramentas assíncronas. Por fim, no bojo da digitalização, outra importante norma criou o Núcleo Justiça 4.0, Resolução CNJ n. 385, de 06.04.2021, prevendo a possibilidade de criação de unidades judiciárias especializadas com competência sobre toda a área de jurisdição do tribunal e com distribuição de processos de todo o primeiro grau de jurisdição que versem sobre os temas da especialidade definida.

Importantes passos estão sendo dados desde 2020 no rumo à ampliação da transparência e da qualidade da informação. A Resolução CNJ n. 331, de 20.08.2020, institui a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), um banco de dados que contém todos os metadados dos processos judiciais no País. É dizer que o CNJ mantém um banco de dados massivo, com mais de 300 milhões de registros e aproximadamente 10 bilhões de movimentações dos atos processuais. Até então, os dados que chegavam ao Judiciário e que eram utilizados para elaboração do anuário *Justiça em Números* eram informados de forma agregada, ou seja, os dados eram pré-preparados no tribunal, com observância às regras previamente definidas pelo CNJ.

O DataJud tem um grande potencial analítico, pois como os dados são individualizados por processos, é possível calcular tempos de tramitação, quantidades e indicadores de desempenho e de produtividade para qualquer matéria do direito e de qualquer classe processual, estudos do fluxo processual, entre outros.

A Resolução CNJ n. 333, de 21.09.2020, se alinha ao DataJud e incentiva a transparência e o uso de dados abertos de forma organizada e padronizada no judiciário nacional. Ela instituiu que todos os tribunais devem manter em seus sites um campo/espço denominado Estatística. A Portaria CNJ n. 119, de 14.04.2021, que a regulamenta prevê que os órgãos deverão indicar, em seus sites, links de acesso para a *Application Programming Interface* (API)⁶ que o CNJ desenvolverá para consulta aos dados do DataJud bem como links

⁶ API é um conjunto de instruções e padrões de sistema que possibilitam integração e intercâmbio de dados.

links of access to the Statistics Panel, provided for in CNJ Resolution No. 333, of September 21, 2020. Therefore, transparency in the Judiciary paves the way to a wide data opening process, making microdata publicly available (in which the unit is the suit itself), by means of API consultation, aggregated data, systematized by means of panels, available on the CNJ page as well as in the 90 courts. This way, chances to consult data become more abundant to society, with information made available in a centralized way and capable of being decentralized in an organized way by modern tools that provide intuitive and easy access.⁶

DataJud has already been used as an important database for the sake of transparency and research and it is of great interest to public entities and researchers. Examples of already available data can be found on the webpage of the Judicial Research Department (DPJ), a CNJ body in charge of the gathering and organization of statistical data. (PAINÉIS..., 2020)

The digital judiciary, the improvement of systems, the unification of millions of suits in one centralized database, wide transparency, personnel training targeted at the creation of a data culture and the creation, by means of incentives, of best quality primary suit records are some of the current challenges and have been faced by the present managing team of the CNJ in partnership with the courts.

The year of 2020 was, then, of great challenges and adaptations imposed to the whole world, and it has not been different for the State structures. The Brazilian Judicial Power found at this difficult moment an opportunity to give new answers and make a digital structure possible, getting adapted to the new challenges that arise, not losing sight of the goal of guaranteeing access to justice timely and effectively.

References

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2020. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Cited: May 2021.

PAINÉIS CNJ. *Justiça em Números 2020*. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Cited: May 2021.

Translated by: Gisele Flores Caldas Manhães

⁶ API is a set of instructions and patterns of a system that make data integration and interchange possible.

para acesso ao Painel de Estatística, previsto na Resolução CNJ n. 333, de 21.09.2020. Assim, a transparência no Judiciário caminha para grande abertura de dados, disponibilizando publicamente microdados (em que a unidade é o próprio processo), viabilizado pelas consultas via API, e dados agregados e sistematizados por meio de painéis, que além de estarem na página do CNJ estarão também disponíveis nos 90 tribunais. Dessa forma, ampliam-se as chances de consulta aos dados pela sociedade, com a disponibilização de informações de forma centralizada e organizadamente descentralizada, por meio de ferramentas modernas que proverão um fácil e intuitivo acesso.

O DataJud já vem sendo utilizado como um importante banco de dados para transparência e pesquisa e é objeto de interesse de entes públicos e de pesquisadores. Exemplos de dados já disponibilizados podem ser encontrados na página do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), unidade do CNJ responsável pela reunião e organização dos dados estatísticos (PAINÉIS..., 2020).

O judiciário digital, o aprimoramento de sistemas, a unificação de milhões de processos em uma base de dados centralizada, a ampla transparência, a capacitação de pessoal com vistas à criação de uma cultura de dados e a criação por meios de incentivo que gerem maior qualidade dos registros processuais primários são alguns dos desafios que se apresentam na atualidade e que estão sendo enfrentados com prioridade na atual gestão do CNJ e em parceria com os tribunais.

O ano de 2020 foi, então, um grande desafio de adaptações impostas a todo o mundo, e com as estruturas do Estado não foi diferente. O Poder Judiciário brasileiro encontrou nesse momento difícil uma oportunidade para dar novas respostas e tornar possível uma estrutura digital, adaptando-se aos novos desafios que despontam, sem com isso perder o horizonte de garantir o acesso à justiça de forma ágil e efetiva.

Referências

JUSTIÇA EM NÚMEROS 2020. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2021.

PAINÉIS CNJ. *Justiça em Números 2020*. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2021.

Tabela 21.1 - Informações de estrutura, recursos humanos e Litigiosidade - 2016-2020

Table 21.1 - Information on structure, human resources and litigiousness - 2016-2020

Especificação/ Specification	2016	2017	2018	2019	2020
Despesas/ Expenditures	98 644 115 431	102 565 852 269	102 074 776 950	104 740 299 903	100 067 753 052
Despesa com recursos humanos/ Expenditure with human resources	88 905 562 971	92 695 724 564	92 791 314 907	95 891 494 091	92 690 856 920
Gasto com recursos humanos/ Expense with human resources (%)	90,1	90,4	90,9	91,6	92,6
Receitas/ Revenue	45 476 980 791	55 060 485 009	63 989 863 287	79 695 470 602	62 390 181 158
Receitas/ Despesas Revenue/ Expenditures (%)	46,1	53,7	62,7	76,1	62,3
Magistrados/Judges	17 914	18 162	18 168	18 035	17 988
Servidores/Servants	277 999	272 188	273 712	167 917	267 613
Força de trabalho auxiliar/ Auxiliary workforce	145 198	158 762	160 056	160.284	147.974
Carga de Trabalho por magistrado/Caseload per judge	6 706	6 665	6 747	7 004	6 321
Casos novos/ New cases	29 168 273	28 756 824	28 245 103	30 190 840	25 803 671
Casos pendentes/ Pending cases	79 914 105	79 460 652	78 587 770	77 449 669	75 353 939
Processos baixados/ Closed cases	28 988 408	30 341 035	31 654 671	35 252 309	27 908 284
Processos baixados por magistrado/Closed cases per judge	1 732	1 782	1 862	2 106	1 643
Taxa de Conges- tionamento/ Congestion Rate (%)	73,4	72,4	71,3	68,7	73,0

Fonte/Source: Justiça em Números 2020. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em/ Available from : <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2020/Cited: May 2021.

Nota: Valores financeiros corrigidos pelo IPCA, data-base de 31/12/2020./ Note: Financial values updated by the IPCA, base Dec.2020.

Tabela 21.2 - Informações de estrutura, recursos humanos e litigiosidade por ramo de justiça - 2020

Table 21.2 - Information on structure, human resources and litigiousness, by court of justice - 2020

(continua/to be continued)

Justiça/ Justice	Estadual/ State	Federal/ Federal	Trabalhista/ Labor
Despesas/ Expenditures	57 684 840 891	12 141 297 276	19 884 433 028
Despesa com recursos humanos/ Expenditure with human resources	52 627 952 428	11 686 444 741	16 145 628 267
Gasto com recursos humanos / Expense with human resources (%)	91,2	96,3	96,3
Receitas/ Revenue	23 485 349 115	35 001 206 518	3 856 673 790
Receitas/ Despesas/ Revenue/ Expenditures (%)	40,7	288,3	19,4
Magistrados/ Judges	12 282	1 942	3 609
Servidores/ Servants	171 121	27 602	38 306
Força de trabalho auxiliar/ Auxiliary workforce	111 333	12 623	9 755
Carga de Trabalho por magistrado/ Caseload per judge	6 872	8 530	2 533
Casos novos/ New cases	16 922 580	3 809 039	2 975 899
Casos pendentes/ Pending cases	58 347 512	10 907 668	4 557 513
Processos baixados/ Closed suits	19 498 870	4 004 156	3 098 866
Processos baixados por magistrado/ Suits closed per judge	1 672	2 199	925
Taxa de Congestionamento/ Congestion Rate (%)	75,0	73,1	59,5

Tabela 21.2 - Informações de estrutura, recursos humanos e litigiosidade por ramo de justiça - 2020

Table 21.2 - Information on structure, human resources and litigiousness, by court of justice - 2020

(conclusão/concluded)

Justiça/ Justice	Eleitoral/ Electoral	Militar Estadual/ State Military	Tribunais Superiores/ Superior Courts
Despesas/ Expenditures	6 292 980 334	163 136 441	3 901 065 081
Despesa com recursos humanos/ Expenditure with human resources	5 683 094 325	152 058 353	3 395 678 807
Gasto com recursos humanos / Expense with human resources (%)	90,3	93,2	87,0
Receitas/ Revenue	0	363 940	46 587 796
Receitas/ Despesas/ Revenue/ Expenditures (%)	0,0	0,20	1,80
Magistrados/ Judges	2 834	41	76
Servidores/ Servants	23 499	392	6 451
Força de trabalho auxiliar/ Auxiliary workforce	9 544	122	4 597
Carga de Trabalho por magistrado/ Caseload per judge	506	183	22 893
Casos novos/ New cases	1 633 734	3 220	724 816
Casos pendentes/ Pending cases	736 244	3 906	799 118
Processos baixados/ Closed cases	678 361	3 045	623 853
Processos baixados por magistrado/ Closed cases per judge	239	74	8 144
Taxa de Congestionamento/ Congestion Rate (%)	52,0	56,2	56,2

Fonte/Source : Justiça em números 2020. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em/Available from : <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2021/Cited: May 2021.

Gráfico 21.1 - Série histórica do total de processos ingressados - 1990-2020

Graph 21.1 - Time series of total issued cases - 1990-2020

Fontes/ Sources: 1. Conselho Nacional de Justiça (Brasil). DataJud: Base Nacional de Dados do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em/Available from: <https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/>. Acesso em: maio 2021/Cited: May 2021. 2. Justiça em Números. Anos-base 2004-2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em/Available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2021/Cited: May 2021.

Gráfico 21.2 - Percentual de processos em tramitação, por ramo de justiça - 2020

Graph 21.2 - Percentage of cases in progress, by court of justice - 2020

Fonte/ Source: Justiça em números 2020. Ano-base 2019. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em/Available from: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: maio 2021/Cited: May 2021.